

Migração intermunicipal de estudantes do ensino básico do Brasil entre 2007 e 2015

José Irineu Rangel Rigotti
Bruna Atayde Signorini
Renato Moreira Hadad

Resumo


Apesar da escassez de trabalhos sobre o tema, pesquisas apontam para a importância de considerar as trajetórias escolares dos estudantes brasileiros, tanto em termos das transições entre anos de estudo como dos movimentos migratórios. Assim, o objetivo principal deste artigo é analisar os fluxos migratórios intermunicipais de estudantes do Ensino Médio no Brasil, entre os anos de 2007 e 2015, a partir de uma base de dados longitudinais do Censo Escolar, elaborada pelo Inep. Para os períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015, foram selecionados os fluxos dos alunos migrantes intermunicipais entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio; entre o 1º ano do Ensino Médio e o 2º ano do Ensino Médio; e entre o 2º ano do Ensino Médio e o 3º ano do Ensino Médio. Em média, pouco mais de 420 mil alunos migravam a cada ano, entre 2007 e 2015, nos anos escolares e períodos considerados (em torno de 5% do total de estudantes). Os padrões migratórios diferem: os migrantes promovidos apresentam maior diversidade de deslocamentos de curta distância e maior número de fluxos de longa distância quando comparados aos repetentes e evadidos. Em contrapartida, as trajetórias dos evadidos, por vezes, são opostas àquelas dos promovidos ou repetentes. Nossos resultados indicaram aspectos pouco conhecidos da realidade dos estudantes, servindo como ponto de partida para análises mais específicas sobre os diferenciais de trajetórias escolares e as dificuldades encontradas por alunos migrantes de todo o país.

Palavras-chave: Educação. Migração. Brasil.

José Irineu Rangel Rigotti

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG


E-mail: rigotti@cedeplar.ufmg.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1749-5313>

Bruna Atayde Signorini

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG


E-mail: brunasignorini@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-6585-0992>

Renato Moreira Hadad

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas

E-mail: rhadad@pucminas.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2736-0076>

Recebido em: 03/07/2019

Aprovado em: 14/07/2020



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e66056>

Abstract**Intermunicipal migration from Basic Education students in Brazil between 2007 and 2015**

Despite the dearth of studies on the subject, researchers point out the importance of considering the school trajectories of Brazilian students, both in terms of the transitions between years of study and the migratory flows. Thus, the main objective of this paper is to analyze the intermunicipal migratory flows of upper secondary students in Brazil, between the years 2007 and 2015, from a longitudinal database of the school censuses, elaborated by INEP. For periods 2007-2008, 2010-2011 and 2014-2015, the flows of the intermunicipal migrant students were selected between the 9th grade of lower secondary and the 1st year of the upper secondary; Between the 1st year School and the 2nd year of the upper secondary; And between the 2nd year and the 3rd year of the upper secondary. On average, just over 420,000 students migrated each year, between 2007 and 2015, in the periods and grades considered (around 5.0% of the total students). Migratory patterns differ: Promoted migrants have a greater diversity of short-distance movements and a greater magnitude of long-distance flows when compared to repeating and dropout students. Also, the dropout trajectories are sometimes opposed to those of the promoted or repeating students. Our exploratory results indicated unknown aspects of the reality of the students, being a starting point for more specific analyses on the differentials of school trajectories and the difficulties faced by migrant students from all over the country.

Keywords:

Education.
Migration. Brazil.

Resumen**Migración intermunicipal de estudiantes de enseñanza básica de Brasil entre 2007 y 2015**

A pesar de la escasez de estudios sobre el tema, las investigaciones señalan la importancia de considerar las trayectorias escolares de los estudiantes brasileños, tanto en términos de las transiciones de años de estudio como movimientos migratorios. Por lo tanto, el objetivo principal de este artículo es analizar los flujos migratorios de los estudiantes intermunicipales de la escuela secundaria en Brasil, entre 2007 y 2015 años, de un Base de datos longitudinales del censo escolar, elaborado por el INEP. Para los períodos 2007-2008, 2010-2011 y 2014-2015, los flujos de estudiantes migrantes intermunicipales fueron seleccionados entre el noveno grado de la escuela primaria y el primer año de la escuela secundaria; entre el primer año de la escuela secundaria y el segundo año de la escuela secundaria; y entre el segundo año de la escuela secundaria y el tercer año de la escuela secundaria. En promedio, poco más de 420.000 estudiantes migraban cada año, entre 2007 y 2015, en los períodos y años de estudio considerados (alrededor del 5,0% del total de estudiantes). Los patrones migratorios difieren: los migrantes promovidos presentan mayor diversidad de desplazamientos de corta distancia y mayor número de flujos de larga distancia en comparación con los repetidores y evadidos. En cambio, las trayectorias de los evadidos, a veces, son opuestas a aquellas de los promovidos o repetentes. Nuestros resultados indicaron aspectos poco conocidos de la realidad de los estudiantes, sirviendo como punto de partida para análisis más específicos sobre los diferenciales de trayectorias escolares y las dificultades encontradas por alumnos migrantes de todo el país.

Palabras clave:

Educación.
Migración. Brasil.

Introdução

Nos estudos populacionais, a escolaridade está entre os atributos mais importantes para a explicação e predição de componentes demográficas como a fecundidade, a mortalidade e as migrações. Lutz e Skirbekk (2014) investigaram o papel da educação na análise demográfica e acreditam haver uma relação causal entre a educação e o comportamento populacional. Em influente livro dedicado ao tema, os autores defendem a inclusão do nível educacional como uma terceira dimensão dos estudos demográficos, que seria tão importante na atualidade quanto sexo e idade.¹

Como é comum em trabalhos demográficos, a atenção de Lutz e Skirbekk (2014) é voltada para a influência da educação na imigração, bem como em eventos vitais, como fecundidade e mortalidade. Na literatura nacional, os estudos são bem mais escassos. Como será abordado adiante, Rigotti, Fazito e Campos (2014) mostraram que, nacionalmente, as microrregiões localizadas na porção oeste de estados do sul e do sudeste do Brasil e de parte do centro-oeste foram os principais destinos para os migrantes relativamente mais velhos e de maior escolaridade, enquanto o padrão tradicional do Nordeste ao Sudeste – especialmente para São Paulo – foi caracterizado por coortes mais jovens e de menor escolaridade.

Em geral, quando a mobilidade espacial é considerada, os estudos tratam do papel que a educação exerce sobre a migração, mas muito mais escassos são os trabalhos, nacionais e internacionais, que procuram analisar a relação inversa, isto é, como o ato de (i)migrar afeta a performance educacional dos jovens alunos.

Na literatura internacional, Stiefel *et al.* (2010) avaliaram algumas condições dos imigrantes nas escolas urbanas dos EUA. Eles compararam o desempenho dos imigrantes ao dos alunos nativos, bem como o papel da idade ou do nível de ensino com que ingressaram na escola. Para avaliar o papel da linguagem, da cultura e de outras características demográficas, os autores procuraram isolar o efeito da imigração do impacto da mobilidade interna (mudança do distrito escolar). Os autores identificaram um efeito positivo na entrada tardia do imigrante no Ensino Médio (EM) em relação a vários indicadores de desempenho escolar. Por outro lado, os adolescentes nativos que mudaram de distrito escolar tiveram maiores dificuldades quando entraram mais tarde em uma escola secundária. Estas conclusões podem parecer contraintuitivas, mas os resultados foram significativos após vários testes de robustez.

Uma possível explicação apontada pelos autores poderia ser o sucesso de programas específicos voltados para a integração e assimilação de imigrantes internacionais adolescentes. Ao mesmo tempo, os resultados poderiam estar refletindo a escassez de programas direcionados aos migrantes internos. Apesar da pujança dos resultados, os autores recomendaram cautela na interpretação, uma vez que outras variáveis não observadas poderiam ser relevantes para distinguir migrantes e imigrantes adolescentes. Apesar de o

Brasil não contar com a mesma participação de imigrantes internacionais, o artigo lança luzes sobre as potencialidades de estudos que considerem o momento e o nível de ensino do ingresso escolar.

Nesse sentido, Bacolod e Rangel (2017) chamam a atenção para a escassez de estudos relacionando a assimilação de imigrantes e a proficiência a partir da chegada aos EUA. Dada a carência de informações, os autores tentaram superar esta lacuna montando e mesclando várias bases de dados. Resultado digno de nota, a proficiência das crianças no momento da chegada aos EUA seria um fator crucial para determinar o futuro sucesso econômico, bem como para influenciar a distribuição dos ganhos na população.

No caso brasileiro, os estudos sobre o efeito da migração sobre a performance escolar dos alunos são muito mais escassos, em parte devido à ausência ou dificuldade de obter informações adequadas. Uma contribuição para o tema é o trabalho de Rigotti e Hadad (2018), que, a partir dos dados longitudinais dos Censos Escolares, selecionaram a coorte dos alunos que ingressaram na escola com a idade correta (aos seis anos de idade) no ano de 2007 e os acompanharam até o ano de 2015, quando deveriam ter concluído o Ensino Fundamental (EF) e estar cursando o primeiro ano do EM.

Os resultados revelaram aspectos inéditos da performance dos estudantes do Ensino Básico, segundo seu *status* migratório, no nível das microrregiões brasileiras. Em média, os alunos migrantes apresentavam uma distorção idade-série mais elevada do que os não migrantes, situação ainda pior tratando-se das meninas. Como seria de se esperar, as desigualdades regionais foram muito expressivas, mas os resultados apontaram para uma situação ainda mais preocupante.

Ao contrário das outras regiões, no Norte e no Nordeste, justamente as menos desenvolvidas do país, os alunos que migravam tinham uma distorção idade-série menos elevada do que a dos não migrantes. Como a distorção é causada por repetência ou abandono escolar seguidos de um retorno posterior, isso indica a alta seletividade migratória dessas regiões, isto é, saíam os alunos migrantes mais regulares. Provavelmente, estes alunos eram filhos de pais com condições socioeconômicas relativamente melhores daquelas dos pais de alunos não migrantes.

Também é relevante o fato de que aproximadamente um quarto dos alunos regulares que migraram dessas regiões não conseguiram manter esta performance depois que chegavam ao Sudeste, sofrendo com a repetência ou com a evasão, mesmo que depois houvesse um eventual retorno à escola. No entanto, o trabalho de Rigotti e Hadad (2018) não analisou o efeito das migrações sobre os alunos do EM, como será abordado neste artigo.

No Brasil, há que se reconhecer que, ainda que o fluxo escolar dos alunos apresente deficiências históricas, ocorreram grandes avanços, especialmente a partir da implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), posteriormente transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006. A taxa de cobertura do EF aumentou a ponto de praticamente

garantir a universalização do acesso à escola, e o ingresso tardio tem diminuído sistematicamente.² Entretanto, conforme Klein e Marino (2016) destacaram, entre os principais gargalos encontram-se a repetência e a evasão nos anos finais do EF e durante o EM.

Apesar da carência de estudos procurando identificar o papel que a migração exerce no desempenho dos alunos brasileiros durante o EM, os resultados sintetizados acima apontam para a importância de considerar o momento do ingresso e o grau de ensino dos estudantes brasileiros. Assim, o objetivo principal deste artigo é contribuir para a compreensão da relação entre os principais fluxos migratórios intermunicipais e o fluxo escolar das coortes de estudantes do EM no Brasil, de escolas públicas e privadas, entre os anos de 2007 e 2015, com base nos dados longitudinais do Censo Escolar.

Uma síntese das migrações no Brasil

Tratando-se de um país de dimensões continentais, populoso e tão desigual do ponto de vista socioeconômico, uma análise das migrações deve ser suficientemente desagregada espacialmente para dar conta de toda sua complexidade. Pode-se dizer que, a partir de meados do século passado, os fluxos migratórios se originavam em áreas estagnadas, como o Nordeste e o interior de vários estados – como Minas Gerais e Paraná – e se dirigiam para áreas que experimentavam intensas urbanização e industrialização, como as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, ou então para a fronteira amazônica, incentivados por projetos de colonização públicos e privados (MARTINE, 1994; SAWYER; RIGOTTI, 2001; VAINER; BRITO, 2001).

Nos anos 1980, este paradigma urbano-industrial foi colocado em xeque por uma intensa crise econômica, associada à reestruturação produtiva, em um cenário de globalização, novos movimentos sociais e turbulências políticas. Os grandes movimentos populacionais começaram a se alterar substancialmente: a distância dos fluxos migratórios se encurtou, muito embora a participação dos movimentos intraestaduais tenha aumentado; a migração de retorno iniciada na década anterior prosseguiu – particularmente de São Paulo para o Nordeste, Minas Gerais e o Paraná –, e teve início um fenômeno até então inédito, qual seja, uma expressiva emigração internacional (RIBEIRO, 1997; CUNHA, 1999; CUNHA; BAENINGER, 2001, BAENINGER, 2012; PACHECO, 1998; CARVALHO, 1996).

Em um contexto de rápido declínio da fecundidade e consequente envelhecimento populacional, as migrações continuaram se alterando. Na virada do milênio, a migração diminuiu nas antigas áreas de perdas líquidas de população, como o Nordeste, assim como novas áreas despontaram como destino de migrantes, especialmente aquelas transformadas pelo agronegócio voltado às exportações. Destacam-se a ocupação e o desmatamento do Cerrado para fins de plantações de soja e as pastagens para criação extensiva de gado, no Centro-Oeste e em parte do Nordeste, no Maranhão, no Piauí e na Bahia (RIGOTTI, 2008; RIGOTTI; FAZITO; CAMPOS, 2014).

Quando se analisa a estrutura espacial dos fluxos segundo os níveis educacionais dos migrantes adultos,³ percebe-se que este padrão geral é delimitado, principalmente, pela população de baixa escolaridade – um efeito da própria composição demográfica. Sob uma perspectiva histórica, os fluxos da população menos escolarizada estão se reduzindo em volume, e as redes migratórias estão estreitando sua abrangência territorial. Em contrapartida, os fluxos da população de maior escolaridade apresentam um perfil muito diferenciado. Neste caso, a mobilidade envolve, primordialmente, a interação entre as metrópoles e polos regionais importantes, muitos dos quais distantes entre si. Nas duas últimas décadas, houve notórias expansão e intensificação dos fluxos migratórios de alta escolaridade e, concomitantemente, visível regionalização dessas redes (RIGOTTI; FAZITO; CAMPOS, 2014). Como o estudo de Rigotti, Fazito e Campos (2014) considera especificamente os migrantes de 25 anos de idade ou mais, seguramente muitos deles são os responsáveis pelos alunos migrantes analisados nas próximas seções.

Além das especificidades dos fluxos segundo os diferenciais de escolaridade dos migrantes adultos, dois outros aspectos auxiliam a interpretação das migrações dos estudantes, pois, tratando-se de crianças e jovens, a maioria se refere à migração familiar – embora não exclusivamente. Esta, por sua vez, associa-se à distância dos movimentos populacionais.

Santos (2019) e Rigotti *et al.* (2014) mostraram que os que migram para áreas polarizadoras de fluxos, a exemplo da Região Metropolitana de São Paulo, tendem a apresentar um padrão etário mais jovem do que o dos migrantes que saem destas regiões. Estes últimos apresentam uma maior razão de dependência infantil, isto é, refletem a migração familiar, como no caso dos migrantes que deixam São Paulo e retornam ao Nordeste ou se dirigem ao interior do próprio estado. De fato, há uma alta correlação entre migração de adultos e crianças nos três últimos censos demográficos brasileiros, nos quais também se constatou o crescimento desta relação no caso particular das mulheres migrantes – um forte indício da migração de grupos familiares (SANTOS, 2019).

Como mostra a seção metodológica a seguir, os dados dos Censos Escolares não permitem descrever o perfil demográfico dos pais dos estudantes. Mas pode-se inferir que boa parte daqueles que saem das áreas polarizadoras levam consigo as crianças. Por outro lado, considerando-se a significativa distorção idade-série do EM, espera-se que boa parte dos alunos migrantes dos centros urbanos mais dinâmicos do país se encaixem no perfil migratório majoritariamente jovem e solteiro destes locais (SANTOS, 2019).

Os resultados de Santos (2019) também revelaram que os migrantes de distância mais curta tendem a ser mais velhos do que aqueles de longa distância, sendo os homens, em média, mais velhos que as mulheres, uma característica típica da migração familiar.

Outro ponto a ser destacado refere-se à relação entre as migrações e os movimentos cotidianos para trabalho e/ou estudo, também chamados de movimentos pendulares. Vários autores já demonstraram como, a partir dos anos 1970, muitos municípios periféricos de regiões metropolitanas brasileiras tornaram-se uma

opção de moradia para contornar os problemas típicos destas imensas aglomerações urbanas (BAENINGER, 1996; BRITO, 1996; CUNHA, 1995; MOURA; BRANCO; FIRKOWSKI, 2005). Por um lado, os altos custos dos aluguéis e a indisponibilidade de moradia de baixo custo para trabalhadores de renda e escolaridade baixas, então procedentes do interior dos estados, levaram muitos a procurar moradia nos municípios vizinhos às capitais. Também denominados de ‘municípios-dormitórios’, ofertavam opções de residências de baixo custo, muitas vezes em loteamentos irregulares, sem condições adequadas de infraestrutura. Por outro lado, famílias de renda e escolaridade altas procuravam municípios com loteamentos residenciais de alto padrão, como uma forma de evitar os problemas crescentes das capitais, como congestionamentos, poluição e violência.

Como grande parte da oferta de empregos e escolas encontra-se nas capitais ou nos polos regionais mais importantes, estabeleceram-se intensos deslocamentos diários para trabalho ou estudo entre municípios próximos. Este tipo de mobilidade se intensificou, tornando-se parte do cotidiano das grandes aglomerações urbanas do Brasil contemporâneo.

Evidentemente, o processo migratório brasileiro é muito mais complexo do que esta síntese, e uma análise mais detalhada foge ao escopo deste artigo. Entretanto, ela auxilia na contextualização dos resultados que serão comentados adiante.

Metodologia

Estudos sobre os possíveis efeitos da migração sobre a performance educacional dos alunos são escassos, entre outros motivos, devido à falta de informações. Como este artigo procura fornecer um panorama para todo o Brasil, no nível municipal, o desafio é ainda maior, pois, até recentemente, a única base disponível era o Censo Demográfico. No entanto, as bases censitárias apresentam uma limitação insuperável, qual seja, a ausência de quaisquer informações sobre o *status* educacional dos indivíduos na origem, antes do movimento migratório.

Esta limitação é superada com o uso da base longitudinal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep),⁴ uma vez que esta é organizada segundo alunos, sendo possível identificar o fluxo escolar (promoção, repetência e evasão em anos consecutivos) e os movimentos migratórios dos indivíduos entre escolas, bem como se as escolas de origem e destino estão localizadas em municípios diferentes. Tendo em vista os principais gargalos da Educação Básica identificados no trabalho de Klein e Marino (2016), foram consideradas as informações dos estudantes que mudaram de escola e município no período compreendido entre os pares de anos selecionados, com o objetivo de captar a migração intermunicipal em três momentos:

- Entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio;
- Entre o 1º ano do Ensino Médio e o 2º ano do Ensino Médio;

- Entre o 2º ano do Ensino Médio e o 3º ano do Ensino Médio.

Além dos anos escolares que compõem o EM, o período de transição entre o 9º ano do EF e o 1º ano do EM foi selecionado por ser um momento importante para o sucesso ou insucesso da trajetória e da progressão escolar dos estudantes nesta etapa educacional. Nesse caso, foram analisados apenas indivíduos que, em algum momento, ingressaram no 1º ano do EM.

Para tentar captar a migração como um investimento na educação, ou seja, a migração para estudar, serão analisadas também as dependências administrativas (públicas ou privadas) das escolas de origem e destino dos alunos migrantes. A escolha dessas informações para avaliar a qualidade das escolas se deve à limitação dos dados disponíveis na base longitudinal. Idealmente, deveríamos utilizar um indicador de proficiência dos alunos das escolas como variável indicadora de qualidade. Entretanto, uma vez que, em geral, alunos de escolas privadas apresentam melhores resultados quando comparados aos de escolas públicas, é razoável a utilização da dependência administrativa como *proxy* para qualidade, ainda que haja diferenças internas de rendimento nos grupos de escolas públicas e de escolas privadas. Foram definidas como escolas públicas aquelas em dependências administrativas municipais, estaduais e federais. Ainda que os alunos das escolas federais apresentem, em média, melhores resultados, sua agregação às outras duas dependências administrativas se deve à sua pequena participação no total.

A migração intermunicipal no período de transição do EF para o EM pode expressar deficiências regionais de oferta deste nível de ensino. A existência de fluxos migratórios consistentes de alunos que concluíram o 9º ano do EF em escolas de um determinado município para escolas que ofertam o EM em um ou mais municípios do seu entorno pode indicar a ocorrência de mobilidade pendular para estudar sem que haja mudança de residência do aluno.⁵ Por outro lado, a migração escolar intermunicipal de longa distância deve estar associada à migração dos alunos por motivo de acompanhamento familiar, que não é necessariamente realizada com foco no investimento em educação. Com o objetivo de captar o efeito que a migração pode exercer sobre o rendimento dos estudantes do EM, serão analisados os indicadores de fluxo escolar no ano da migração, associados às distâncias entre os municípios das escolas de origem e destino. Para isso, serão mapeados separadamente, nos períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015, os fluxos migratórios escolares intermunicipais dos alunos promovidos que repetiram o ano e se evadiram no ano seguinte à migração.⁶ Dessa forma, os resultados são apresentados em nove mapas, incluindo:

1. Alunos migrantes intermunicipais nos períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015 e promovidos do 9º ano do EF para o 1º ano do EM; do 1º ano para o 2º ano do EM; e do 2º ano para o 3º ano do EM;
2. Alunos migrantes intermunicipais nos períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015 e repetentes do 9º ano do EF, do 1º ano do EM e do 2º ano do EM;

3. Alunos migrantes intermunicipais nos períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015 que cursavam o 9º ano do EF, o 1º ou o 2º ano do EM, mas evadiram-se da escola após a migração.

Assim, será possível avaliar se a distância dos movimentos migratórios escolares de alunos do EM está associada a resultados específicos de fluxo escolar.

Como o foco deste trabalho são os alunos do EM, foram selecionados para a análise aqueles que, em qualquer ano, ingressaram no 1º ano deste nível de ensino, independentemente da idade. Depois, foram selecionados os estudantes que mudaram de escola e município entre o 9º ano do EF e o 3º ano do EM. No caso desses alunos, foram estimados os indicadores de fluxo escolar e de fluxo migratório para todos os anos entre 2007 e 2015, bem como coletadas as informações sobre código, município e dependência administrativa das escolas de origem e destino nos anos relacionados ao movimento migratório intermunicipal. A partir desses dados, foram estimadas as informações analisadas a seguir.

Resultados

Proporção de migrantes entre os alunos do Ensino Médio nos anos de 2007 a 2015

A Tabela 1 apresenta o número total e a proporção de alunos migrantes intermunicipais (em relação ao total de estudantes nos mesmos anos escolares, no ano inicial da migração), por ano escolar inicial e anos iniciais e finais do movimento migratório:

Tabela 1 – Proporção de migrantes entre os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º e 2º ano do Ensino Médio, de acordo com os anos inicial e final de migração – Brasil – 2007-2015

Anos inicial e final da migração	Migrantes					
	9º ano do EF		1º ano do EM		2º ano do EM	
	Total	%	Total	%	Total	%
2007-2008	201958	6,58	161141	4,70	107696	4,10
2008-2009	132977	4,20	216475	6,33	107979	4,12
2009-2010	134659	4,17	159590	4,61	164910	6,34
2010-2011	133006	4,18	143600	4,07	114075	4,36
2011-2012	152053	4,83	142199	4,09	105552	3,96
2012-2013	138669	4,41	160374	4,63	103536	3,92
2013-2014	139255	4,39	147972	4,34	119691	4,52
2014-2015	134389	4,46	148284	4,36	109573	4,16

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Nos anos escolares e períodos considerados, entre 2007 e 2015, o volume anual de migrantes oscilou entre 390 mil e 471 mil estudantes. Com apenas algumas exceções, os alunos migrantes representaram entre 4% e 5% do total de alunos do 9º ano do EF e dos primeiros dois anos do EM. Em relação ao total de alunos matriculados em 2007, a proporção de alunos migrantes que estavam no 9º ano do EF e migraram entre este ano e 2008 chegou a quase 6,6%. Os migrantes também superaram os 6% nos anos de 2008 e 2009, no

que diz respeito aos matriculados no 1º ano do EM, em 2009, e aos que estavam matriculados no 2º do EM e migraram entre 2009 e 2010.

Principais trajetórias de fluxo escolar dos alunos migrantes

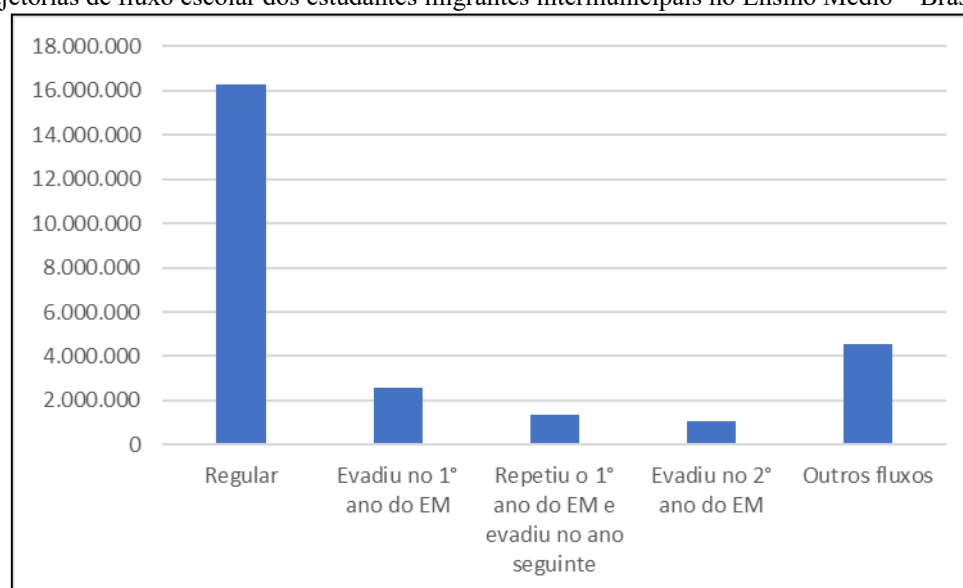
Tomando por base os dados longitudinais do Censo Escolar do Brasil entre 2007 e 2015, a Tabela 2 e o Gráfico 1 apresentam as principais trajetórias de fluxo escolar de alunos do EM que realizaram pelo menos uma migração intermunicipal entre o 9º ano do EF e o 3º ano do EM. A maior parte dos estudantes migrantes selecionados (62,86%) percorreu uma trajetória regular de fluxo escolar caracterizada pela promoção contínua entre o 1º e o 3º ano do EM. A segunda trajetória dominante na população em questão é de alunos que se evadiram no 1º ano do EM (10%), seguidos por aqueles que repetiram este ano escolar e se evadiram do sistema de ensino no ano seguinte (5,24%) e por aqueles que se evadiram no 2º ano do EM (4,19%). Essas quatro trajetórias principais representam 82,3% dos 25.853.350 alunos do EM que migraram pelo menos uma vez durante essa etapa escolar.

Tabela 2 – Trajetórias de fluxo escolar dos estudantes migrantes intermunicipais no Ensino Médio – Brasil – 2007 a 2015

Condição de fluxo	Total	Frequência (%)
Regular	12.252.310	62,86
Evadiu-se no 1º ano do EM	2.585.435	10,00
Repetiu o 1º ano do EM e se evadiu no ano seguinte	1.355.435	5,24
Evadiu-se no 2º ano do EM	1.083.225	4,19
Outros fluxos	4.577.259	17,70
Total	25.853.350	100,00

Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Gráfico 1 – Trajetórias de fluxo escolar dos estudantes migrantes intermunicipais no Ensino Médio – Brasil – 2007 a 2015



Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Migração segundo dependência administrativa e fluxo escolar nos períodos 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015

A Tabela 3 apresenta o percentual de alunos repetentes entre os migrantes que não se evadiram do sistema de ensino, segundo o biênio da migração e a dependência administrativa das escolas de origem e o destino:

Tabela 3 – Percentual de alunos migrantes intermunicipais repetentes em relação ao total de alunos que não se evadiram, segundo dependência administrativa das escolas de origem e destino – 9º ano do Ensino Fundamental e 2º ano do Ensino Médio – Brasil – períodos selecionados

Anos inicial e final da migração		Percentual de alunos migrantes (%)					
		2001-2008		2010-2011		2014-2015	
Etapas no ano inicial	Dependência administrativa	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
9º ano do EF	Pública	9,50	3,90	7,90	3,60	10,50	4,00
	Privada	6,00	3,20	5,90	3,50	5,80	4,10
1º ano do EM	Pública	35,90	19,20	34,20	18,70	32,80	19,40
	Privada	32,80	11,00	35,00	11,70	33,30	12,60
2º ano do EM	Pública	33,40	14,30	22,60	10,70	21,60	11,50
	Privada	30,80	5,90	18,70	5,00	16,30	5,70

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

O 1º ano do EM representou a maior repetência entre os migrantes intermunicipais, seguido pelo 2º ano, principalmente quando a escola de destino era pública. Isso ocorreu em todos os biênios analisados, independentemente da dependência administrativa de origem – embora as chances de repetência fossem ainda maiores quando a escola de origem também era pública. De fato, chama a atenção o quanto a migração para uma escola pública aumentou as chances de repetência, principalmente nos dois últimos anos do EM. Por exemplo, entre 2007 e 2008, mais de 30% dos alunos migrantes que mudaram para a escola pública repetiram o 2º ano do EM, independentemente da dependência administrativa da escola de origem. Entretanto, este percentual era de apenas 5,9% quando o aluno passava de uma escola privada para outra.

Como os percentuais da Tabela 3 excluem os alunos evadidos, também é possível avaliar a promoção, que, neste caso, corresponde ao complemento da repetência. Em geral, a promoção é muito maior nas escolas privadas, principalmente quando a escola de origem no ano anterior também é privada. A transição da escola pública para privada também apresenta uma promoção mais elevada em relação à passagem de uma escola pública para outra.

Vale ressaltar que a promoção do 2º para o 3º ano do EM público aumentou consideravelmente no período analisado. Por exemplo, no período 2007-2008, de acordo com as duas últimas linhas da Tabela 3, apenas 69,2% (100% - 30,8%) dos migrantes que trocavam a escola privada pela pública passavam do 2º para o 3º ano do EM. Este percentual subiu para 83,7% (100% - 16,3%) na transição de 2014 para 2015.

No entanto, esta melhora deve ser vista com cuidado. Como os alunos evadidos são excluídos e representam 14,9% do total (Tabela 2), isso reflete uma expressiva seletividade, ou seja, muitos dos migrantes com alta repetência acabam abandonando a escola, permanecendo apenas aqueles cuja probabilidade de promoção é maior.

Como a promoção já era bem mais alta na transição de uma escola privada para outra no início do período considerado, nestes casos, o avanço foi bem modesto: de 94,1% (100% - 5,9%), entre 2007-2008, para 94,3% (100% - 5,7%).

Em suma, a migração para escolas privadas parece ter sido positiva para os alunos que migraram de escolas públicas, em todos os anos escolares e biênios apresentados, já que as proporções de repetentes, nesses casos, foram bastante inferiores às das dos estudantes que migraram para escolas públicas, mesmo entre os que tiveram como origem escolas particulares.

Origem e destino dos migrantes matriculados no Ensino Médio

A Tabela 4 mostra os saldos migratórios de estudantes do EM por Unidade da Federação nos três biênios analisados. Os dados são bastante coerentes com a evolução histórica dos saldos migratórios brasileiros sintetizados anteriormente. No Norte, o estado do Pará se destaca pelas maiores perdas líquidas de população. Nesta região, os saldos migratórios negativos são maioria entre os estados, com exceção de Roraima e do Amapá, durante todos os períodos, e do Tocantins, no último biênio. Nota-se que, no que diz respeito às Unidades da Federação, os valores absolutos são pequenos, um claro indicativo de que a migração tem desempenhado um papel muito modesto no crescimento populacional.

No Nordeste, apenas Sergipe apresentou saldos migratórios positivos (abaixo de 310 estudantes do EM) nos três biênios, embora decrescentes; enquanto o Ceará, que nos dois primeiros períodos teve saldo negativo superior a mil indivíduos, sofreu reversão do saldo migratório no biênio 2014-2015. Em menor magnitude, o mesmo ocorreu no Piauí e no Rio Grande do Norte. As perdas também diminuíram significativamente na Bahia, em Pernambuco e na Paraíba, uma tendência consistente nas últimas décadas. O estado de Alagoas manteve, nos três períodos, tendência à migração de estudantes do EM superior a mil indivíduos.

Na Região Sudeste, destacou-se o estado de São Paulo, que passou de um saldo migratório positivo de 10.186 estudantes, entre 2007 e 2008, para -1.283, entre 2014 e 2015. Os migrantes de São Paulo, no último período, dirigiram-se principalmente para a Bahia, Minas Gerais e o Paraná; e em menor volume, para Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará. Este resultado, uma novidade histórica tratando-se de São Paulo, pode estar relacionado à migração de retorno de familiares dos estudantes para seus estados de origem. Minas Gerais, embora tenha perdido estudantes do EM em todos os períodos analisados, experimentou uma

melhora continuada do saldo migratório negativo, que passou de -2.846, em 2007-2008, para -760, em 2014-2015. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo obtiveram saldos migratórios positivos nos três biênios.

Tabela 4 – Saldo migratório interestadual de estudantes do Ensino Médio – Brasil – 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015

UF	Saldo migratório interestadual		
	2007-2008	2010-2011	2014-2015
RO	-26	235	-239
AC	-73	-101	-61
AM	472	473	-95
RR	133	248	123
PA	-825	-3.274	-2.546
AP	316	406	379
TO	-359	-284	188
MA	-3.745	-4.575	-3.275
PI	-499	-257	526
CE	-1.292	-1.166	60
RN	-65	-43	85
PB	-402	-289	-28
PE	-1.111	-287	-105
AL	-1.349	-1.107	-1.177
SE	306	242	98
BA	-4.706	-5.243	-2.044
MG	-2.846	-1.446	-760
ES	809	633	808
RJ	2.178	1.635	1.482

Tabela 4 – Saldo migratório interestadual de estudantes do Ensino Médio – Brasil – 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015

UF	Saldo migratório interestadual		
	2007-2008	2010-2011	2014-2015
SP	10.186	7.936	-1.283
PR	135	371	1.052
SC	2.311	1.583	3.216
RS	-801	-31	-248
MS	-387	5	238
MT	-872	-325	332
GO	214	2.277	848
DF	2.298	2.384	2.426

Fonte: elaborada pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

No Sul, o estado de Santa Catarina é o maior destaque, com os saldos migratórios positivos de maior magnitude, atingindo mais de 3 mil estudantes no período 2014-2015. O Censo Demográfico de 2010 já havia apontando para um novo comportamento migratório nesta unidade da federação, que vem atraindo a população dos outros dois estados da Região Sul e também do estado de São Paulo (RIGOTTI *et al.*, 2014). Da mesma forma, o estado do Paraná apresentou expressivo saldo migratório positivo, sendo destino de uma população estudantil procedente de dois estados limítrofes, Santa Catarina e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por sua vez, perdeu população nos três períodos, mas em valores muito menores do que em décadas anteriores.

Na Região Centro-Oeste, o Distrito Federal manteve seu papel de importante destino de migrantes oriundos de outros estados, como mostra seu saldo migratório positivo e superior a duas mil pessoas nos três períodos. Devido à sua posição geográfica, as trocas migratórias com o Distrito Federal são muito intensas, formando atualmente uma das mais importantes regiões de atração do país, daí o grande aumento do seu saldo migratório, entre 2007-2008 e 2010-2011, de 214 para 2.277 estudantes, respectivamente, embora com posterior redução, em 2014-2015. Os demais estados também expressam a tendência de ganhos populacionais do Centro-Oeste. O Mato Grosso do Sul apresentou reversão do saldo migratório, que era negativo em 2007-2008, passou a ser positivo em 2010-2011 e assim se manteve em 2014-2015. O Mato Grosso, por sua vez, apresentou reversão do saldo migratório, que era negativo entre 2010 e 2011 e passou a ser positivo entre 2014 e 2015.

Nos três períodos analisados, as tendências observadas nos saldos migratórios de estudantes nas Unidades da Federação estão de acordo com a evolução geral das migrações do país nas últimas décadas. Gradativamente, as migrações interestaduais têm desempenhado um papel cada vez mais modesto na redistribuição espacial da população brasileira, embora com especificidades regionais significativas, como a atração populacional em Santa Catarina e em partes expressivas do Centro-Oeste, bem como a inédita perda líquida de São Paulo.

Fluxos migratórios segundo a trajetória escolar

A análise do provável impacto dos fluxos migratórios sobre a trajetória educacional dos alunos brasileiros do Ensino Básico é realizada a partir das condições possíveis de fluxo escolar, a saber, a promoção, a repetência ou a evasão. Para tal, os mapas a seguir representam os principais fluxos migratórios⁷ de alunos entre o 9º ano do EF e o 3º ano do EM, segundo condição de fluxo escolar, nos três períodos analisados. Os mapas das Figuras 1, 2 e 3 mostram os fluxos de estudantes promovidos.

Em todos os períodos, os fluxos migratórios mais intensos foram os de curtas distâncias, entre municípios vizinhos, indicando a possibilidade não apenas de mudança habitual de residência, mas também de movimentos pendulares apenas para fins de estudo no EM. As trajetórias de longa distância, quando realizadas entre estados, mas dentro das mesmas regiões, tiveram como destinos primordiais as grandes

capitais. Na Região Norte, os principais destinos dos alunos foram Manaus, no Amazonas (que recebeu, além de estudantes do próprio estado, alunos com origem em cidades do Pará e de Roraima), Belém, no Pará, e Rio Branco, no Acre. Entre 2010-2011 e 2014-2015, este fluxo perdeu relevância, enquanto outros se fortaleceram, como a migração de distância muito longa, do Rio de Janeiro em direção a Manaus, e os fluxos internos em Rondônia e no Tocantins (que, nos dois períodos anteriores, perdia estudantes promovidos do EM para Goiânia, e deixou de perdê-los no último biênio analisado).

No Nordeste, entre os estudantes promovidos, predominaram os fluxos intraestaduais de curta distância, da mesma forma que ocorreu com os fluxos de adultos de maior escolaridade (RIGOTTI *et al.*, 2014). Entre 2007 e 2008, havia um fluxo de São Paulo em direção à Bahia, que permaneceu nos períodos seguintes. Em 2014-2015, surgiram novos fluxos com origem em São Paulo e destino em estados do Nordeste, provavelmente relacionados à migração de retorno dos familiares dos estudantes migrantes. Na Bahia, outros polos regionais internos passaram a atrair os migrantes aprovados no EM, como as áreas do Cerrado. No Piauí, ocorreram oscilações importantes. Entre 2007 e 2008, os estudantes migrantes promovidos dirigiam-se a Teresina, ao passo que, entre 2010 e 2011, os principais fluxos eram de saída da cidade em direção a municípios mais distantes, dentro do próprio estado. Novamente, de 2014 a 2015, os principais fluxos intraestaduais de promovidos foram de curta distância e tiveram a capital como destino.

Nas Regiões Sul e Sudeste, alguns dos fluxos de mais longa distância perderam força nos períodos analisados. Predominaram os fluxos de curta distância intraestaduais, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, embora novos fluxos com origem em São Paulo e destino em estados do Nordeste tenham ganhado força entre 2014 e 2015, período no qual as distâncias percorridas pelos promovidos para estudar no EM foram menores e tiveram como destino os grandes centros urbanos. Em compensação, a migração de promovidos de Brasília e São Paulo em direção ao Rio de Janeiro permaneceu constante nos três períodos.

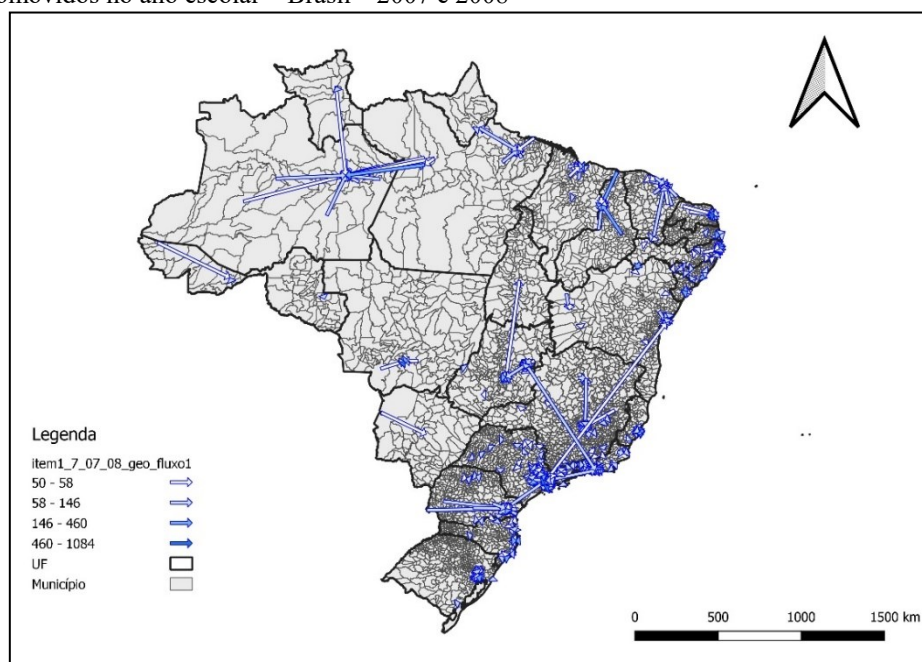
Na Região Centro-Oeste, a tendência à migração de promovidos para as capitais dos estados e seus entornos também foi observada. Por exemplo, em 2010-2011, no Mato Grosso do Sul, o fluxo interno em direção à capital, Campo Grande, havia se arrefecido, mas passou a ser mais representativo entre 2014 e 2015.

Os mapas das Figuras 4, 5 e 6 representam os principais fluxos de migrantes repetentes do EM no Brasil, nos três períodos selecionados. A migração dos repetentes é, em maior medida, de menor distância e menos dispersa quando comparada à dos promovidos. Entretanto, alguns fluxos de longa distância são representativos, como aqueles do oeste do Pará em direção a Manaus e entre Rio de Janeiro e São Paulo, nos três períodos, bem como de São Paulo para a Bahia e o Ceará, indicando possivelmente a migração de retorno. O fluxo de repetentes entre Brasília e Goiânia, que existiu nos dois primeiros períodos, não foi representativo entre 2014 e 2015. A migração de estudantes de Vitória da Conquista, no sul da Bahia, em

direção a São Paulo, observada em 2007-2008, perdeu força no período seguinte. Entre 2014-2015, ocorreu inversão do sentido desse fluxo, com estudantes que saíram de São Paulo com destino a Vitória da Conquista, o que pode ser mais uma evidência de migração de retorno. Destaca-se também a existência de fluxos do Rio de Janeiro ao sul de Minas nos três períodos analisados.

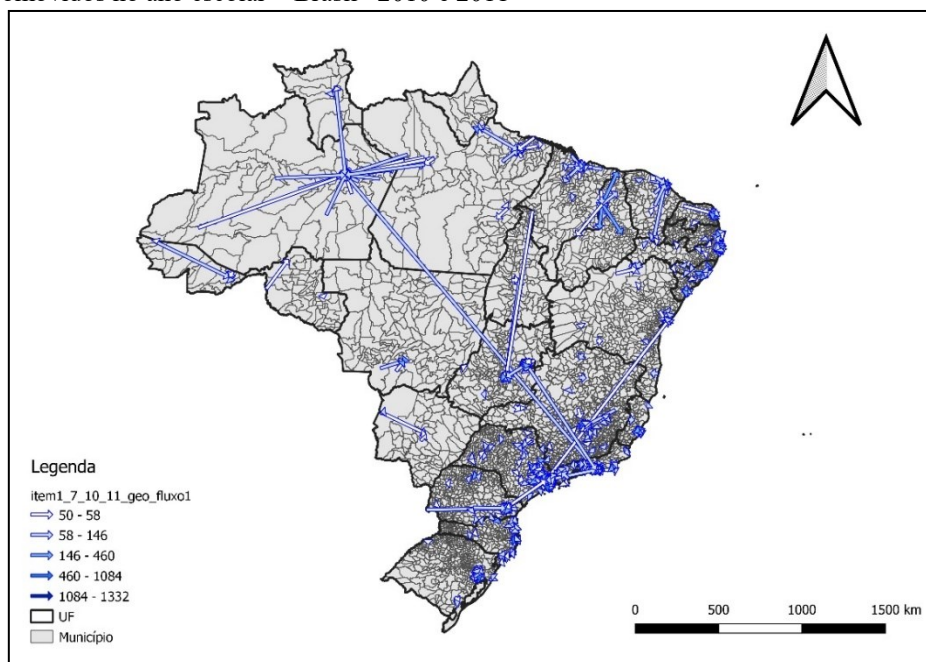
Os fluxos migratórios de alunos que se evadiram do sistema de ensino após a migração se intensificaram entre 2007-2008 e 2014-2015, como mostram os mapas das Figuras 7, 8 e 9. Eles coincidem com alguns dos fluxos de promovidos e repetentes, indicando que, na maior parte dos movimentos migratórios, ocorrem as três possibilidades de trajetórias escolares. Entretanto, algumas diferenças em relação aos alunos evadidos são relevantes. No Acre, no período 2014-2015, além da migração de alunos em direção a Rio Branco, que posteriormente se evadiram do sistema de ensino, ocorreu um fluxo de evadidos saindo da capital para o noroeste do estado, o oposto ao observado entre os alunos promovidos. Enquanto nos biênios 2007-2008 e 2010-2011 os fluxos para o Amazonas se dirigiram exclusivamente para Manaus, em 2014-2015, surgiu um fluxo da cidade em direção a Boa Vista, em Roraima. Assim como entre os repetentes de 2007 a 2008, ocorreu um fluxo de evadidos entre São Paulo e Fortaleza, de 2007-2008 a 2010-2011, e de São Paulo para a Bahia, no último biênio.

Figura 1 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio promovidos no ano escolar – Brasil – 2007 e 2008



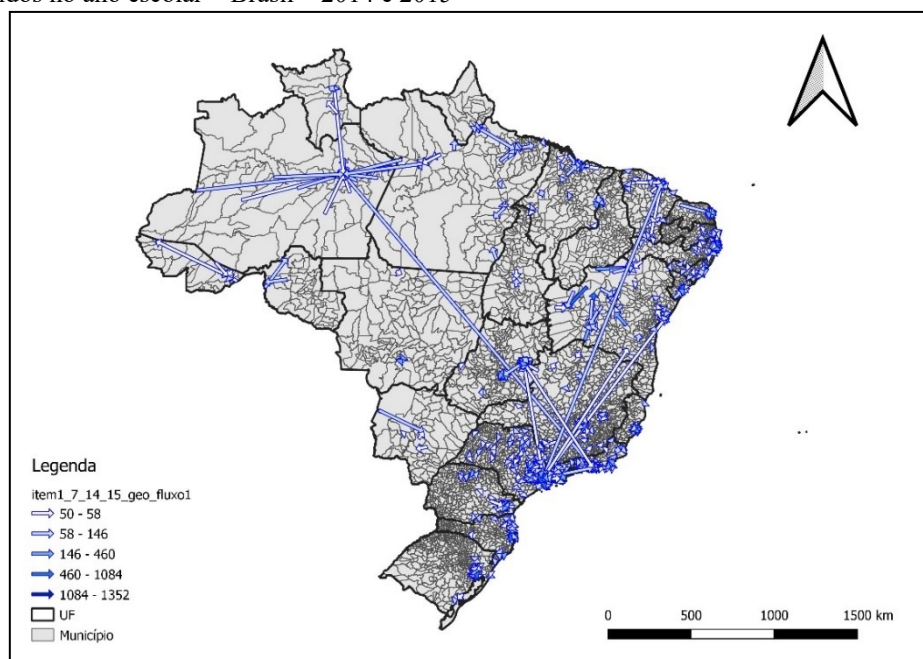
Fonte: elaborada pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 2 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio promovidos no ano escolar – Brasil – 2010 e 2011



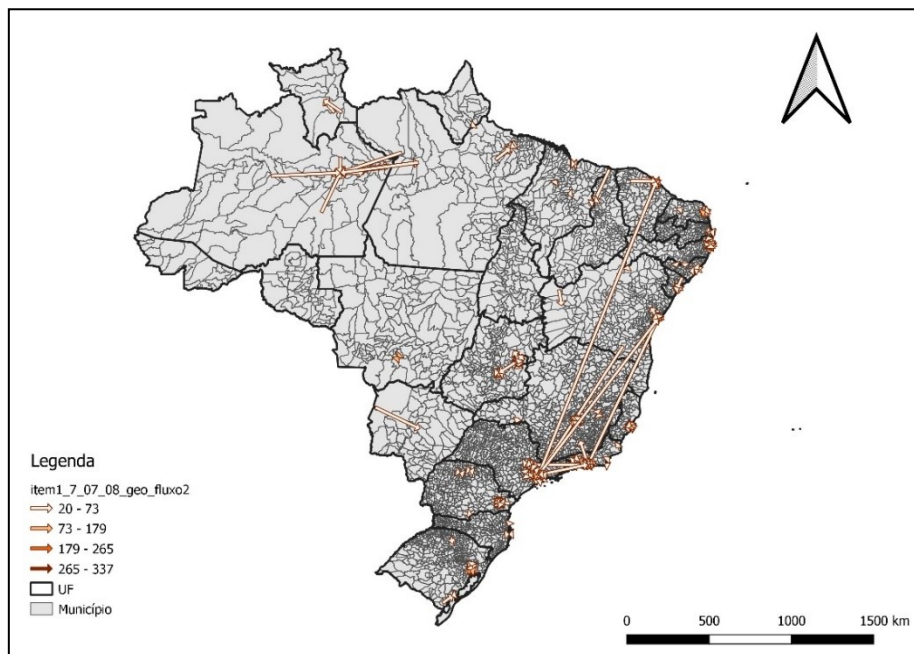
Fonte: elaborada pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 3 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio promovidos no ano escolar – Brasil – 2014 e 2015



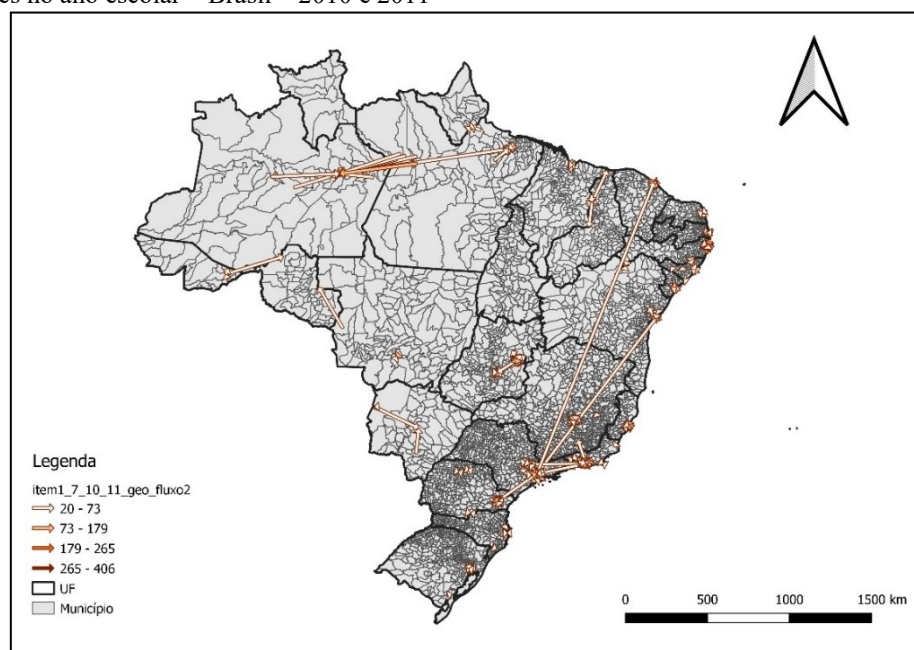
Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 4 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio repetentes no ano escolar – Brasil – 2007 e 2008



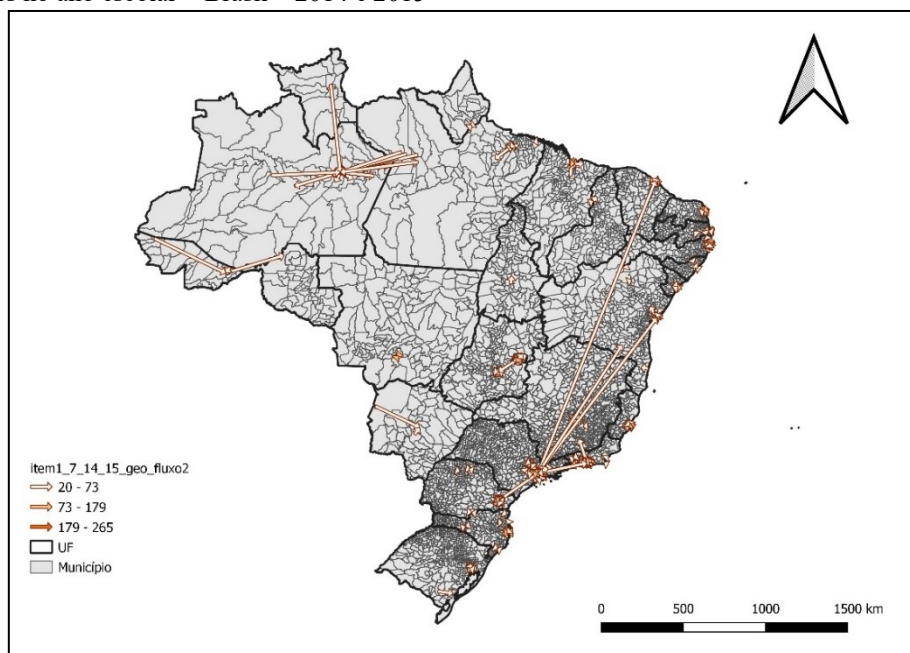
Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 5 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio repetentes no ano escolar – Brasil – 2010 e 2011



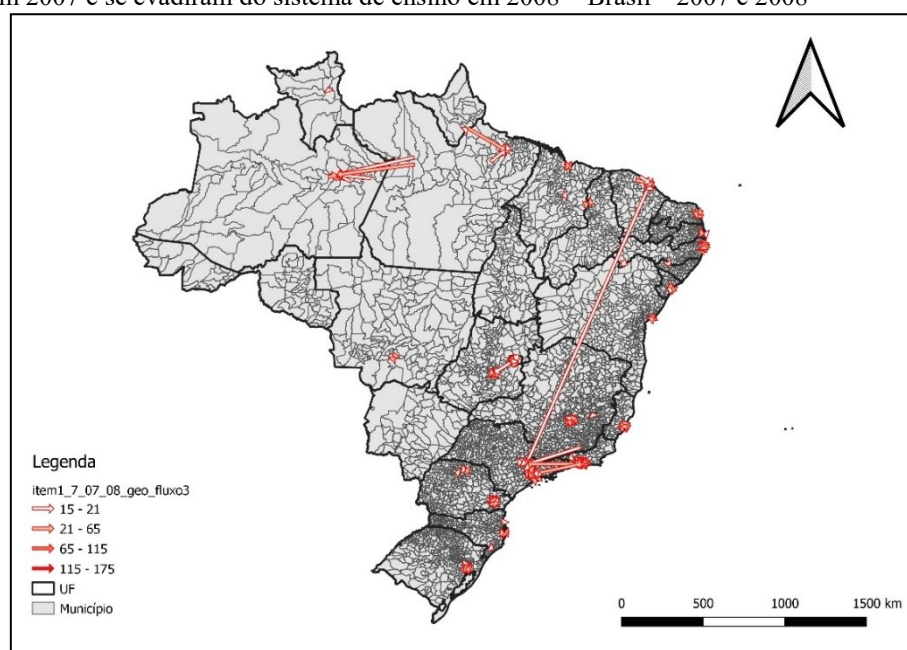
Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 6 – Principais fluxos migratórios de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio repetentes no ano escolar – Brasil – 2014 e 2015



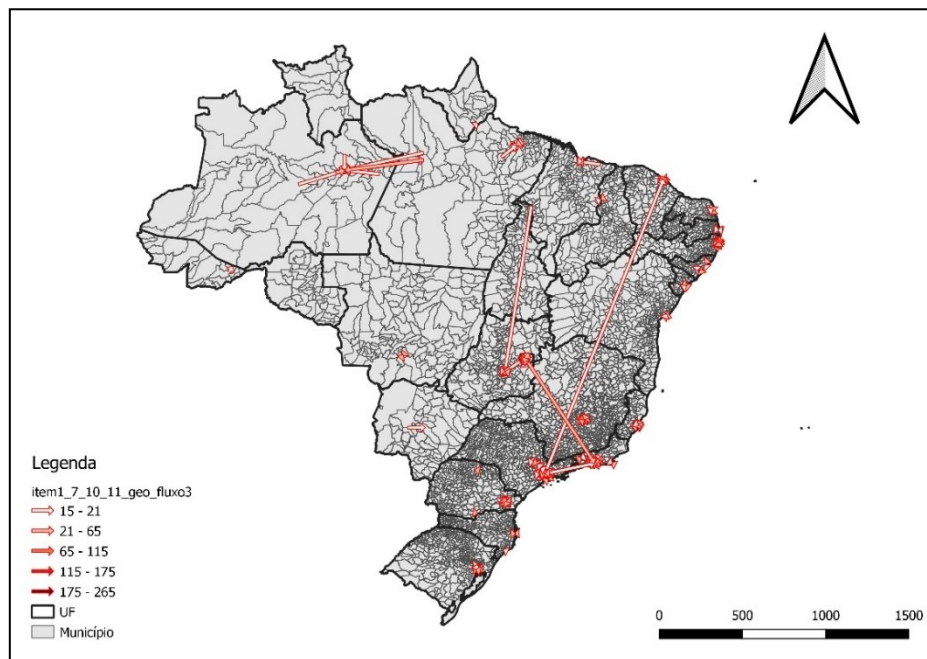
Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 7 – Principais fluxos migratórios de estudantes que cursavam do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio em 2007 e se evadiram do sistema de ensino em 2008 – Brasil – 2007 e 2008



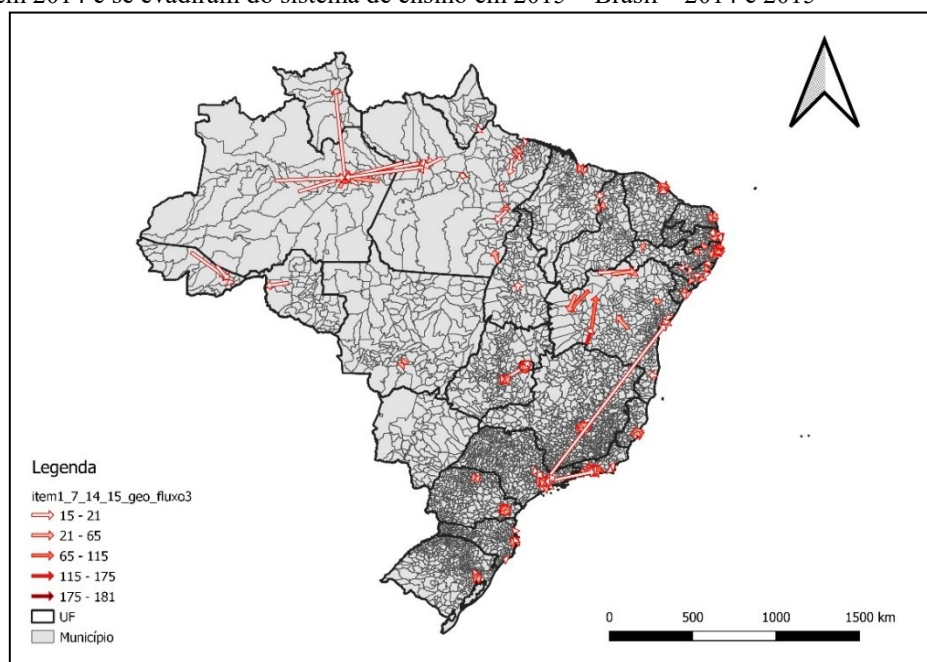
Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 8 – Principais fluxos migratórios de estudantes que cursavam do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio em 2010 e se evadiram do sistema de ensino em 2011 – Brasil – 2010 e 2011



Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Figura 9 – Principais fluxos migratórios de estudantes que cursavam do 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio em 2014 e se evadiram do sistema de ensino em 2015 – Brasil – 2014 e 2015



Fonte: elaborado pelos autores com dados da Base Longitudinal do Censo Escolar do Brasil (INEP, 2007-2015).

Como a síntese das migrações realizada anteriormente indica, e consistente com uma ampla literatura nacional a respeito, as migrações estudantis de longa distância paulatinamente estão sendo substituídas pela maior participação dos fluxos regionais e, provavelmente, pela continuação das migrações de retorno.

Considerações finais

A proporção de migrantes entre os estudantes do EM, ou em transição para ele, entre 2007 e 2015, variou entre 3,92% e 6,58%, tendo sido, na maior parte dos casos, superior a 4,4%. A maior parcela (62,86%) dos alunos migrantes analisados percorreu trajetórias regulares de fluxo escolar no EM, embora boa parte deles (10%) tenha se evadido do sistema de ensino já no 1º ano, o que pode indicar dificuldades na permanência nessa etapa escolar no momento de entrada.

Analisando as dependências administrativas das escolas de origem e destino dos migrantes entre o 9º ano do EF e o 2º ano do EM, percebemos que aqueles que se dirigiram a escolas públicas tiveram maiores chances de repetir o ano escolar, e essas chances foram ainda maiores para aqueles com origem em escolas também públicas. A migração para escolas privadas parece ter sido positiva para os alunos procedentes de escolas públicas em todos os anos escolares e biênios apresentados, já que as proporções de repetentes, nesses casos, foram bastante inferiores àquelas dos estudantes que migraram para escolas públicas, mesmo entre os que tiveram como origem escolas particulares.

Em relação à dinâmica migratória dos estudantes, as tendências observadas nos biênios 2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015 estão de acordo com as tendências gerais das migrações no país nas últimas décadas, caracterizadas pelo crescimento dos fluxos regionais, pelo enfraquecimento das trajetórias interestaduais de longa distância e pelo crescimento das migrações de retorno. Os principais fluxos de alunos do EM ocorrem entre municípios geograficamente próximos e majoritariamente em direção às capitais ou metrópoles regionais dos estados, o que indica a possibilidade de migração nesta etapa escolar para estudar.

Os padrões migratórios de estudantes por condição de fluxo escolar diferem, de modo que os promovidos apresentam maior diversidade de deslocamentos de curta distância e maior número de fluxos de longa distância quando comparados aos repetentes e aos evadidos. Os fluxos mais distantes podem ser reflexos da migração dos pais, relacionada ao mercado de trabalho. Em contrapartida, as trajetórias dos evadidos, por vezes, são opostas àquelas dos promovidos ou repetentes. Os fluxos migratórios de curta distância dos alunos analisados podem estar relacionados ao movimento pendular para estudar, em certa medida uma consequência das deficiências na oferta de escolas de EM em algumas localidades do país.

Enfim, este artigo procurou revelar tipos de fluxos migratórios de estudantes segundo a situação do fluxo escolar na origem e no destino, algo que só é possível com informações longitudinais. Embora de maneira exploratória, acreditamos que nossos resultados apontaram para aspectos muito pouco conhecidos da realidade dos estudantes, servindo como ponto de partida para análises mais específicas sobre os diferenciais de trajetórias escolares e as dificuldades encontradas por alunos migrantes de todo o país.

Notas

- ¹ LUTZ, Wolfgang; SKIRBEKK, Vegard. How education drives demography and knowledge informs projections. *In*: LUTZ, Wolfgang, BUTZ, William P.; KC, Samir (ed.). **World population and human capital in the twenty-first century**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2014. p. 14-38.
- ² O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga uma ampla bateria de indicadores educacionais que permitem um diagnóstico detalhado das taxas de cobertura escolar, das taxas de transição (promoção, repetência e evasão), da distorção idade-série, entre outros. Os interessados encontrarão os indicadores em: <http://inep.gov.br/indicadores-educacionais>.
- ³ No estudo citado, Rigotti, Fazito e Campos (2014) comparam os migrantes de 25 anos ou mais de idade, com até a quarta série (baixa escolaridade), ou com um curso superior completo.
- ⁴ A partir da base de dados longitudinais do Inep, é possível acompanhar cada aluno no período de 2007 e 2015. O uso deste banco de dados só foi possível graças ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Inep e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- ⁵ Ainda que exista a informação sobre o endereço de residência do aluno na base longitudinal do Inep, a grande proporção de *missings* e sua indisponibilidade no momento da pesquisa inviabilizou seu uso.
- ⁶ A escolha dos três pares de anos entre 2007 e 2015 (2007-2008, 2010-2011 e 2014-2015) tem como objetivo a comparação de três momentos no tempo, de modo que seja possível avaliar se os resultados encontrados podem estar relacionados a tendências.
- ⁷ No caso dos estudantes promovidos, foram considerados os fluxos migratórios superiores a 50 indivíduos, enquanto nos casos dos repetentes e evadidos, foram representados os fluxos acima de 20 e 15 indivíduos, respectivamente. Tais cortes foram feitos de forma que possibilitassem uma visualização adequada dos principais fluxos migratórios mapeados, de acordo com o volume de migrantes em cada condição de fluxo escolar.

REFERÊNCIAS

BACOLOD, Marigee; RANGEL, Marcos A. Economic assimilation and skill acquisition: evidence from the occupational sorting of childhood immigrants. **Demography**, Silver Springv, v. 54, n. 2, p. 571-602, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13524-017-0558-2>.

BAENINGER, Rosana. Movimentos migratórios no contexto paulista: tendências da década de 80. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. 1996, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Abep, 2001. p. 675-704. Disponível em: <https://bit.ly/2R8ZuAR>. Acesso em: 20 set. 2019.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012. ISSN 1980-8585. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1980-85852012000200005>.

BRITO, Fausto. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10. 1996, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Abep, 1996. p. 771-788. Disponível em: <https://bit.ly/3jYVwHc>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARVALHO, José Alberto Magno de. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. *In*: PATARRA, Neide (coord.) **Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. Campinas: FNUAP, 1996. v. 2, p. 227-238.

CUNHA, José Marcos Pinto da. A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6. 1995, Brasília. **Anais [...]**. [S. l.]: Anpur, 1995. p. 518-526. 1 CD-ROM.

CUNHA, José Marcos Pinto da. (Des)continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise? **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 16, n. 1/2, p. 83-98, jan./dez. 1999.

CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 4, p. 79-106, mar. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3bCkxU>. Acesso em: 20 set. 2019.

KLEIN, Ruben; MARINO, Leandro Lins. Cálculo das Taxas de Transição entre Séries. *In*: Reunião da ABAVE, 8. 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Brasília: Abave, 2016. p. 291-312. Disponível em: <https://bit.ly/2R8Qc7M>. Acesso em: 20 set. 2019.

LUTZ, Wolfgang; SKIRBEKK, Vegard. How education drives demography and knowledge informs projections. *In*: LUTZ, Wolfgang, BUTZ, William P.; KC, Samir (ed.). *World population and human capital in the twenty-first century*. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2014. p. 14-38.

MARTINE, George. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 1994. (Texto para discussão nº 329).

MOURA, Rosa; BRANCO, Maria Luisa Gomes Castelo; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005. ISSN 0102-8839. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400008>.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas: Unicamp, 1998.

RIBEIRO, José Teixeira Lopes. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. 1997. 206 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32. 2008, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Anpoc, 2008. p. 2-26. 1 CD-ROM.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; HADAD, Renato Moreira. **An analysis of the relationship between internal migration and education in Brazil**. [S. l.]: Unesco, 2018. (Artigo encomendado como “Background Paper” para o “2019 Global Education Monitoring Report, Migration, displacement and education: Building bridges, not walls”). Disponível em: <https://bit.ly/3iaJU3D>. Acesso em: 20 set. 2019.

RIGOTTI, José Irineu Rangel; FAZITO, Dimitri; CAMPOS, Jarvis. A distribuição espacial de mão de obra qualificada no Brasil é um entrave ao crescimento econômico de maior valor agregado no interior do país? *In*: OLIVEIRA, Marina Pereira Pires de; NASCIMENTO, P. A. Meyer M.; MACIENTE, Agnaldo Nogueira; CARUSO, Luiz Antonio; SCHNEIDER, Eduardo Miguel (org.). **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho - coletânea de artigos**: tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho. Brasília: Ipea/ABDI, 2014. Cap. 3, p. 75-116.

SANTOS, Reinaldo Onofre. Transições do curso de vida e padrão etário da migração interna no Brasil: o que os dados de período podem nos contar? 2019, 306 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SAWYER, Donald; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Migration and spatial distribution of rural population in Brazil, 1950-2050. *In*: GENERAL POPULATION CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION, 24. 2001, Salvador, Brazil. **Proceedings [...]**. [S. l.: s. n.]: 2001. p. 1-28. Disponível em: <https://bit.ly/2RuROcd>. Acesso em: 20 set. 2019.

STIEFEL, Leanna; SCHWARTZ, Ellen Amy; CONGER, Dylan. Age of entry and the high school performance of immigrant youth. **Journal of Urban Economics**, v. 67, Issue 3, p. 303-314, 2010. ISSN 0094-1190. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jue.2009.10.001>.

VAINER, Carlos; BRITO, Fausto. Migration and migrants shaping contemporary Brazil . *In*: GENERAL POPULATION CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION, 24. 2001, Salvador, Brazil. **Proceedings** [...]. [S. l.: s. n.]: 2001. p. 1-32. Disponível em: <https://bit.ly/35EwBEV>. Acesso em: 20 set. 2019.